



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 01/2013, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

ESTABELECE AS NORMAS DO CONCURSO PÚBLICO
PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO
EFETIVO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE SUMÉ – PARAÍBA – BRASIL.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ, por meio do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com que preceitua o Art. 37, inciso II da Constituição Federal e a Legislação Municipal pertinente, torna público a realização de **CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**, para preenchimento das vagas atualmente existentes, das que vagarem e forem criadas durante o prazo de validade deste Concurso, conforme as normas e condições estabelecidas neste Edital.

I. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O Concurso Público, de caráter eliminatório e classificatório, destina-se ao recrutamento e seleção de candidatos para provimento de vagas, dos cargos constantes no [item II](#) deste Edital e será realizado na cidade de SUMÉ - PARAÍBA sob responsabilidade da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de SUMÉ, representada pela Comissão de Supervisão e Acompanhamento da Execução do Concurso Público, indicada pelo Prefeito Municipal.
2. A execução do referido Concurso será realizada pela **ASSOCIAÇÃO TÉCNICO CIENTÍFICA ERNESTO LUIZ DE OLIVEIRA JÚNIOR - ATECEL**, à qual compete o cumprimento das cláusulas e condições estipuladas no instrumento de Contrato celebrado para este fim com a Prefeitura Municipal de SUMÉ.
3. O Concurso Público ficará sob a supervisão da Comissão de Supervisão e Acompanhamento da Execução do Concurso Público, nomeada pelo Prefeito Municipal, através da Portaria nº **4.281/2013, de 27 de junho de 2013**, composta por membros pertencentes ao quadro de pessoal.
4. O Concurso será realizado em uma única fase, para os cargos de NÍVEL FUNDAMENTAL e NÍVEL MÉDIO ou TÉCNICO: Prova Escrita Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos.
5. Para os cargos de NÍVEL SUPERIOR o **Concurso será realizado em duas fases:**
 - a) 1ª Fase: A Prova Escrita Objetiva de caráter eliminatório e classificatório.
 - b) 2ª Fase: Titulação e Experiência Profissional de caráter classificatório.

5. Compete à Comissão de Supervisão e Acompanhamento da Execução do Concurso Público, supervisionar e fiscalizar todas as fases do Concurso Público.
6. O conteúdo programático consta no **ANEXO I** deste Edital.
7. A pontuação por Titulação e Experiência Profissional para os cargos de NÍVEL SUPERIOR, constam no **ANEXO II** deste Edital.

II. DOS CARGOS

1. O ingresso no cargo far-se-á no padrão de vencimento inicial e no 1º nível de capacitação do respectivo nível de classificação, com remuneração composta pelo vencimento básico acrescido de vantagens e benefícios estabelecidos em lei.
2. Todos os cargos são regidos pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme a respectiva denominação, pré-requisitos, carga horária semanal e salário base inicial especificados neste documento, e de acordo com a Legislação específica.
3. Os cargos oferecidos, número de vagas, carga horária de trabalho semanal, nível de escolaridade, salário básico e exigências para o provimento cargo, estão discriminados nos quadros abaixo:

3.1. – CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL:

| DENOMINAÇÃO DOS CARGOS | Nº DE VAGAS | | CARGA HORÁRIA SEMANAL | ESCOLARIDADE E EXIGÊNCIA MÍNIMA | VENCIMENTO BASE (R\$) |
|------------------------|-------------|-----|-----------------------|---|-----------------------|
| | | PNE | | | |
| Motorista Classe D | 4 | - | 40 horas semanais | Ensino Fundamental Completo + CNH categoria "D" | R\$ 820,00 |
| TOTAL | 4 | | | | |

PNE: Portadores de Necessidades Especiais

3.2. – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO:

| DENOMINAÇÃO DOS CARGOS | Nº DE VAGAS | | CARGA HORÁRIA SEMANAL | ESCOLARIDADE E EXIGÊNCIA MÍNIMA | VENCIMENTO BASE (R\$) |
|---|-------------|-----|-----------------------|---|-----------------------|
| | | PNE | | | |
| Assistente de Administração | 1 | - | 40 horas semanais | Ensino Médio Completo | R\$ 800,00 |
| Técnico em Contabilidade | 1 | - | 40 horas semanais | Curso Técnico em Contabilidade + registro no CRC | R\$ 800,00 |
| Técnico em Laboratório de Análise Clínica | 1 | - | 40 horas semanais | Curso de nível médio de técnico em Laboratório de Análise Clínica + Registro no CRF | R\$ 800,00 |
| TOTAL | 3 | | | | |

PNE: Portadores de Necessidades Especiais

3.3. – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR:

| DENOMINAÇÃO DOS CARGOS | Nº DE VAGAS | | CARGA HORÁRIA SEMANAL | ESCOLARIDADE E EXIGÊNCIA MÍNIMA | VENCIMENTO BASE (R\$) |
|---|-------------|-----|-----------------------|---|-----------------------|
| | | PNE | | | |
| Cirurgião Dentista | 2 | - | 40 horas semanais | Curso de Odontologia + registro no CRO | R\$ 2.000,00 |
| Enfermeiro | 3 | - | 40 horas semanais | Curso de Enfermagem + Registro no COREN | R\$ 2.000,00 |
| Gestor Público | 1 | - | 40 horas semanais | Curso de Superior em Gestão Pública | R\$ 2.000,00 |
| Professor Fundamental I | 4 | - | 25 horas semanais | Licenciatura em Pedagogia com Habilitação em Magistério nas Séries Iniciais | R\$ 1.164,20 |
| Professor Fundamental II (Educação Física) | 2 | - | 25 horas semanais | Licenciatura em Educação Física | R\$ 1.600,80 |
| Professor Fundamental II (Ciências) | 3 | - | 25 horas semanais | Licenciatura em Ciências | R\$ 1.600,80 |
| Professor Fundamental II (História) | 3 | - | 25 horas semanais | Licenciatura em História | R\$ 1.600,80 |
| Professor Fundamental II (Geografia) | 3 | - | 25 horas semanais | Licenciatura em Geografia | R\$ 1.600,80 |
| Professor Fundamental II (Educação Artística) | 2 | - | 25 horas semanais | Licenciatura em Educação Artística | R\$ 1.600,80 |
| Professor Fundamental II (Inglês) | 3 | - | 25 horas semanais | Licenciatura em Letras com Habilidade em Língua Inglesa | R\$ 1.600,80 |
| Professor Fundamental II (Língua Portuguesa) | 4 | - | 25 horas semanais | Licenciatura em Letras com Habilidade em Língua Portuguesa | R\$ 1.600,80 |
| Professor Fundamental II (Matemática) | 3 | - | 25 horas semanais | Licenciatura em Matemática | R\$ 1.600,80 |
| TOTAL | 33 | | | | |

PNE: Portadores de Necessidades Especiais

4. No total de vagas oferecidas, estão incluídas as de Portadores de Necessidades Especiais - PNE.
5. Para todos os cargos, não haverá, em hipótese alguma, por parte da Administração Municipal, fornecimento de transporte, ou alimentação para os candidatos que tomarem posse nos cargos oferecidos no presente concurso público.
6. A habilitação e as exigências para o provimento do cargo deverá ser comprovada quando da nomeação do candidato classificado, e, a não apresentação de quaisquer dos documentos que comprovem as condições exigidas, implicará na exclusão do candidato, de forma irrecorrível.

III. DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

1. O candidato aprovado no Concurso Público de que trata este Edital, convocado para tomar posse rigorosamente dentro da ordem de classificação obtida por opção do cargo, deverá apresentar documentos que comprovem:

- 1.1 Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, neste último caso, estar amparado pelo preceito do § 1º, do art. 12, da Constituição da República Federativa do Brasil, regulamentado pelo Decreto nº 70.436, de 18/04/1972;
 - 1.2 Possuir a idade mínima de dezoito anos, na data da nomeação;
 - 1.3 Gozar dos direitos políticos e civis;
 - 1.4 Estar em dia com as obrigações eleitorais;
 - 1.5 Estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
 - 1.6 Estar registrado no devido Conselho de Classe, para as vagas destinadas às profissões regulamentadas, de acordo com a legislação específica;
 - 1.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada médica por Junta Médica Oficial;
 - 1.8 Não acumular cargo, função ou emprego, exceto os legalmente permitidos, garantido o direito de opção no prazo mencionado no § 1º, do art. 13, da Lei 8.112/90;
 - 1.9 Possuir a escolaridade mínima de que trata o item II, para o cargo a que concorreu;
 - 1.10 Não haver sofrido, no exercício de atividade pública, penalidade por atos incompatíveis com o serviço público;
 - 1.11 Não responder a ação penal em qualquer instância judicial.
 - 1.12 No ato da posse o candidato deverá apresentar, ainda, cópias dos seguintes documentos: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Declaração de Bens e Valores, Certidão de Nascimento ou Casamento conforme estado civil, fator sanguíneo, dados bancários, PIS/PASEP e outros necessários ao cadastramento.
 - 1.13 Comprovação da Escolaridade Mínima Exigida.
2. O candidato que na data da posse, não reunir os requisitos enumerados neste item, perderá o direito à investidura no referido cargo.

IV. CRONOGRAMA

1. Período das Inscrições: a partir das 09h00min do dia **27 de janeiro de 2014 até às 23h59min do dia 6 de março de 2014**, horário local.
2. Disponibilização do local, sala e carteira onde o candidato realizará a **PROVA OBJETIVA**, no endereço eletrônico www.comprov.ufcg.edu.br a partir de **31 de março de 2014**.
3. Realização da Prova Escrita Objetiva: **6 de abril de 2014**.
4. Divulgação do **Gabarito Provisório e disponibilização das provas aplicadas**, no endereço eletrônico www.comprov.ufcg.edu.br: **8 de abril de 2014**.
5. Divulgação do **Gabarito Oficial e do Resultado da Prova Escrita Objetiva**, no endereço eletrônico www.comprov.ufcg.edu.br: **24 de abril de 2014**.
6. Divulgação dos candidatos para os cargos de nível superior, **classificados para Prova de Títulos e Experiência Profissional**, no endereço eletrônico www.comprov.ufcg.edu.br: **24 de abril de 2014**.
7. Período para envio os documentos comprobatórios de Titulação e Experiência Profissional: **28 a 30 de abril de 2014**.
8. Divulgação da Pontuação Provisória obtida na Titulação e Experiência Profissional pelos candidatos aos cargos de nível superior, no endereço eletrônico www.comprov.ufcg.edu.br: **15 de maio de 2014**.

9. Divulgação da Pontuação obtida na Titulação e Experiência Profissional e respectiva nota, pelos candidatos aos cargos de professor, no endereço eletrônico www.comprov.ufcg.edu.br: **27 de maio de 2014.**
10. Divulgação do **Resultado Final**, no endereço eletrônico www.comprov.ufcg.edu.br: **12 de junho de 2014.**

V. DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições ficam abertas exclusivamente por meio da **internet** a partir das 09h00min do dia **27 de janeiro até às 23h59min do dia 6 de março de 2014**, horário local.
2. Para inscrever-se via internet, o candidato deverá:
 - a) acessar o site www.comprov.ufcg.edu.br;
 - b) preencher, integralmente, o formulário de inscrição, informando, inclusive, o número do seu documento de identidade e do seu CPF;
 - c) no ato da inscrição, o candidato deverá enviar uma fotografia 3X4 **recente**, tipo jpeg (**JPG**), tamanho mínimo 10 kB e no máximo 40 kB;
 - d) imprimir o boleto bancário, com o valor correspondente à taxa de inscrição;
 - e) efetuar, preferencialmente em espécie, o pagamento do boleto bancário **até 7 de março de 2014** em qualquer agência do Banco do Brasil, sob pena da não-efetivação da inscrição.
2. O valor da taxa de inscrição será de:

| | |
|------------------------------|-----------|
| Cargos de Nível Fundamental: | R\$ 60,00 |
| Cargos de Nível Médio: | R\$ 70,00 |
| Cargos de Nível Superior: | R\$ 95,00 |
3. O pagamento do boleto bancário por meio de cheque do próprio candidato, somente será considerado realizado com a compensação bancária.
4. Efetuado o pagamento do boleto bancário, após 8 (oito) dias úteis, o candidato poderá acessar o endereço eletrônico www.comprov.ufcg.edu.br, para obter informação sobre a homologação de sua inscrição.
5. Caso haja algum erro no comprovante de inscrição obtido pelo candidato, ou exista alguma dificuldade na sua obtenção, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC da COMPROV, (0xx83) 3333 1272, de segunda a sexta-feira, úteis, das 08:00h às 11:00h e das 14h30min às 17:00h (horário local), para verificar o ocorrido.
6. As solicitações de inscrição, cujos pagamentos forem efetuados após o dia **6 de março de 2014**, não serão confirmadas.
7. O candidato inscrito **não** deverá enviar cópia dos documentos, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados cadastrais no ato de inscrição, sob as penas da lei.
8. A Prefeitura Municipal de SUMÉ e a ATECEL não se responsabilizaram por solicitações de inscrições não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
9. O descumprimento das instruções para inscrição implicará a não efetivação da inscrição.
10. As informações prestadas na Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato,

reservando-se a Prefeitura Municipal de SUMÉ e a ATECEL o direito de excluir deste Concurso Público aquele que não preencher esse documento oficial de forma completa, correta e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.

11. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de Código da Opção do Cargo, bem como não haverá devolução da importância paga em hipótese alguma, salvo se o Concurso Público não se realizar.
12. A Prefeitura Municipal de SUMÉ e a ATECEL eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar as provas do Concurso Público.
13. Não serão aceitas inscrições por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile (fax), DOC, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.
14. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.
15. O candidato **não** portador de deficiência que necessitar de condição especial para realização de quaisquer das provas, deverá solicitá-la, informando por meio de declaração de os recursos especiais necessários, até o término das inscrições, por intermédio dos Correios, via Sedex ou Aviso de Recebimento (AR), à ATECEL, situada à Rua João Julião Martins, nº.106, Bairro de Bodocongó – Campina Grande – Paraíba. CEP 58.429-015.
 - 15.1. O candidato que não o fizer até o término das inscrições, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a condição atendida.
 - 15.2. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.
 - 15.3. A candidata que tem necessidade de amamentar durante a realização de quaisquer das provas, deverá levar um acompanhante adulto que ficará em sala reservada e será responsável pela guarda da criança.
 - 15.4. Não haverá compensação do tempo de amamentação ao tempo de duração da prova da candidata.
16. O candidato só poderá se inscrever para um único cargo.

VI. DAS INSCRIÇÕES PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

1. Os candidatos **Portadores de Necessidades Especiais - PNE**, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e do art. 37 do Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações posteriores que regulamenta a Lei Federal nº. 7.853/89 é assegurado o direito de inscrição para os cargos em Concurso Público, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.
2. Em cumprimento ao disposto no Decreto Federal nº. 3.298/99 e alterações posteriores, ser-lhes-á reservado o percentual de **5%** (cinco por cento) das vagas existentes, que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade do Concurso.
 - 2.1. Conforme § 2º do art. 37 do Decreto Federal nº. 3.298/99, caso a aplicação do percentual de que trata o item 2 resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse a 20% das vagas oferecidas, nos termos do § 2.º do art. 5.º da Lei n.º 8.112/90.

- 2.2. Para atender ao percentual máximo de 20%, haverá reserva de vagas para os candidatos portadores de necessidades especiais nos cargos com número de vagas igual ou superior a 5(cinco).
3. A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do cargo é obstativa à inscrição no Concurso.
4. Não obsta a inscrição ou o exercício das atribuições pertinentes ao cargo a utilização de material tecnológico de uso habitual.
5. Consideram-se pessoas portadoras de necessidades especiais aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298/99 e alterações posteriores.
- 5.1. Nos termos do art. 4º, do Decreto nº. 3.298/99 e alterações posteriores, é considerada pessoa portadora de deficiência aquelas que se enquadram nas seguintes categorias:
- 5.1.1. **Deficiência física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções.
- 5.1.2. **Deficiência auditiva:** perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.
- 5.1.3. **Deficiência visual:** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60%; ou a ocorrência simultânea de quaisquer condições anteriores.
- 5.1.4. **Deficiência mental:** funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho.
- 5.1.5. **Deficiência múltipla:** associação de duas ou mais deficiências.
6. Às pessoas portadoras de deficiências, resguardadas as condições previstas no Decreto Federal nº. 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos. Os benefícios previstos no referido artigo, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período de inscrições, via SEDEX ou Aviso de Recebimento (AR), à **ATECEL**, situada à Rua João Julião Martins, nº 106, Bairro de Bodocongó – Campina Grande – Paraíba. CEP 58.109-090.
- 6.1. O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de

viabilidade e razoabilidade do pedido.

7. O candidato deverá declarar, quando da inscrição, ser portador de deficiência, especificando-a no formulário de inscrição, declarando estar ciente das atribuições do cargo para qual pretende inscrever-se e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório.

7.1. No período das inscrições, o candidato deverá encaminhar via SEDEX ou Aviso de Recebimento (AR), à **ATECEL**, situada à Rua João Julião Martins, nº 106, Bairro de Bodocongó – Campina Grande – Paraíba. CEP 58.429-015, os documentos a seguir:

- a) **Laudo Médico, original e expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições**, atestando a espécie e ou grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova. Anexar ao Laudo Médico as seguintes informações: nome completo, número do documento de identidade (RG), número do CPF, número do telefone, opção de cargo.
- b) O candidato portador de deficiência visual, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá solicitar, por escrito, até o término das inscrições, a confecção de prova especial em Braile ou Ampliada, especificando o tipo de deficiência.
- c) o candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional e/ou leitura de prova, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação, por escrito, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, até o término das inscrições.

7.2. Aos deficientes visuais (cegos) que solicitarem leitor, suas respostas deverão ser transcritas em Braile. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção podendo, ainda, utilizar-se de soroban.

7.3. Aos deficientes visuais (amblíopes) que solicitarem prova especial **Ampliada**, serão oferecidas provas nesse sistema, com tamanho de letra correspondente a fonte 24.

7.4. Os candidatos que, dentro do prazo do período das inscrições, não atenderem os dispositivos mencionados no:

- item 7 – letra “a” - Serão considerados como não portadores de deficiência.
- item 7 – letra “b” - Não terão a prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado.
- item 7 – letra “c” - Não terão tempo adicional para realização das provas e/ou pessoa designada para a leitura da prova, seja qual for o motivo alegado.

8. O candidato portador de deficiência que não realizar a inscrição conforme instrução constante neste item não poderá alegar a referida condição em seu benefício e, não será facultado impetrar recurso em favor de sua condição.

9. A publicação do resultado final do Concurso Público será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de necessidades especiais, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

10. O candidato portador de necessidade especial aprovado no Concurso deverá submeter-se à perícia médica a ser realizada por equipe multiprofissional indicada pela Prefeitura Municipal de SUMÉ, composta por profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, objetivando verificar se a deficiência se enquadra na previsão do art. 4º e seus incisos do Decreto Federal nº. 3.298/99 e suas alterações, bem como avaliar a compatibilidade entre as atribuições do cargo a ser ocupado, nos termos do art. 44 da referida norma, observadas as seguintes disposições:
 - 10.1. A avaliação de que trata este item, de caráter terminativo, será realizada por equipe prevista pelo art. 43 de Decreto Federal nº. 3.298/99 e suas alterações.
 - 10.2. A avaliação ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, de documento de identidade original e terá por base o Laudo Médico encaminhado no período das inscrições, conforme inciso 7 deste **item**, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.
 - 10.3. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato portador de deficiência à avaliação tratada no inciso 10.
 - 10.4. Se a deficiência do candidato não se enquadrar na previsão do art. 4º e seus incisos do Decreto Federal nº. 3.298/99 e suas alterações, ele será classificado em igualdade de condições com os demais candidatos.
11. Será eliminado da lista de candidatos portadores de necessidades especiais, o candidato cuja deficiência assinalada no formulário de inscrição, não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral final.
12. As vagas definidas no **item II**, para os candidatos portadores de deficiência que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no concurso ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância à ordem classificatória.
13. A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo, implicará a perda do direito de ser nomeado para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais.
14. O laudo médico terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvido.
15. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser argüida para justificar a concessão de aposentadoria.

VII. DAS PROVAS

1. Para os cargos de Motorista – Classe D, Assistente de Administração e Técnico em Contabilidade, a avaliação de caráter eliminatório e classificatório será realizada em **uma única fase**, a Prova Escrita Objetiva:
 - 2.1. Motorista Classe -D:
Prova Escrita Objetiva com 50 (cinquenta) questões, assim distribuídas: 10 (dez) questões de Português; 10 (dez) questões de Matemática; 15 (quinze) questões sobre o Código Brasileiro de Transito (CBT); 15 (quinze) questões de Legislação Municipal.

2.2. Assistente de Administração.

Prova Escrita Objetiva com 50 (cinquenta) questões, assim distribuídas: 10 (dez) questões de Português; 15 (quinze) questões de Legislação, sendo 5 (cinco) questões de Direito Constitucional e 10 (dez) questões de Direito Administrativo; 5 (cinco) questões de Legislação Municipal e 20 (vinte) questões de Conhecimentos Específicos.

2.3. Técnico em Contabilidade.

Prova Escrita Objetiva com 50 (cinquenta) questões, assim distribuídas: 10 (dez) questões de Português; 15 (quinze) questões de Legislação, sendo 5 (cinco) questões de Direito Constitucional e 10 (dez) questões de Direito Administrativo; 5 (cinco) questões de Legislação Municipal e 20 (vinte) questões de Conhecimentos Específicos.

2. Para o cargo de Técnico em Laboratório de Análises Clínica a avaliação de caráter eliminatório e classificatório será realizada em **uma única fase**, a Prova Escrita Objetiva:

Prova Escrita Objetiva com 50 (cinquenta) questões, assim distribuídas: 10 (dez) questões de Português; 15 (quinze) questões de Políticas Públicas de Saúde; 5 (cinco) questões de Legislação Municipal e 20 (vinte) questões de Conhecimentos Específicos.

3. Para o cargo de Gestor Público, avaliação de caráter eliminatório e classificatório será realizada em **duas fases**:

- a) 1ª Fase: Prova Escrita Objetiva com 50 (cinquenta) questões, assim distribuídas: 10 (dez) questões de Português; 15 (quinze) questões de Legislação, sendo 5 (cinco) questões de Direito Constitucional e 10 (dez) questões de Direito Administrativo; 5 (cinco) questões de Legislação Municipal e 20 (vinte) questões de Conhecimentos Específicos.
- b) 2ª Fase: Titulação e Experiência Profissional.

4. Para os cargos de Enfermeiro e Cirurgião Dentista a avaliação de caráter eliminatório e classificatório será realizada em **duas fases**:

- a) 1ª Fase: Prova Escrita Objetiva com 50 (cinquenta) questões, assim distribuídas: 10 (dez) questões de Português; 15 (quinze) questões de Políticas Públicas de Saúde; 5 (cinco) questões de Legislação Municipal e 20 (vinte) questões de Conhecimentos Específicos.
- b) 2ª Fase: Titulação e Experiência Profissional.

5. Para os cargos de PROFESSOR a avaliação de caráter eliminatório e classificatório será realizada em **duas fases**:

- 1.1. **Os Cargos:** *Professor de Fundamental I; Professor Fundamental II (Língua Portuguesa); Professor Fundamental II (Ciências); Professor Fundamental II (Educação Artística); Professor Fundamental II (Educação Física); Professor Fundamental II (Geografia); Professor Fundamental II*

(História); Professor Fundamental II (Inglês) e Professor Fundamental II (Matemática).

- a) 1ª Fase: A Prova Escrita Objetiva de caráter eliminatório e classificatório terá 50 (cinquenta) questões, assim distribuídas: 10 (dez) questões de Língua Portuguesa; 10 (dez) questões de Didática; 5 (cinco) questões de Políticas Públicas de Educação, 5 (cinco) questões de Legislação Municipal e 20 (vinte) questões de Conhecimentos Específicos
- b) 2ª Fase: Titulação e Experiência Profissional.

VIII. DA PRESTAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

1. A aplicação da Prova Escrita Objetiva está prevista para o dia **6 de abril de 2014**, na cidade de SUMÉ – Estado da Paraíba e será realizada no período da **MANHÃ**, no horário das 08h00min às 12h00min (horário local).
2. Do período de aplicação: a prova terá duração mínima de 3 (três) horas e máxima de 4 (quatro) horas. O candidato que se ausentar antes do prazo mínimo estipulado (3 horas) será eliminado do concurso.
3. A aplicação da prova na data prevista dependerá da disponibilidade de locais adequados à realização das mesmas.
4. Caso o número de candidatos inscritos exceda à oferta de lugares adequados existentes nos colégios e na universidade localizada na cidade, a **ATECEL** reserva-se o direito de alocá-los em cidades próximas à determinada para aplicação das provas, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.
5. Havendo alteração da data prevista, a prova poderá ocorrer em domingos ou feriados, excetuando-se os sábados.
6. Ao candidato só será permitida a realização da prova na data, horário e local constantes no site www.ufcg.edu.br.
7. Caso haja inexatidão na informação relativa à opção do Cargo e/ou à condição de portador de necessidades especiais, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC da **ATECEL**, pelo telefone (0xx83) 3333 1272, de segunda a sexta-feira, úteis, das 08h00min às 11h00min e das 14h30min às 17h00min (horário local), para verificar o ocorrido, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data de realização da prova.
8. A alteração de opção do cargo somente será processada na hipótese de o dado expresso pelo candidato no formulário de inscrição ter sido estragado no arquivo Eletrônico.
 - 8.1. Não será admitida troca de opção de Cargo, em outras hipóteses que não a mencionada no inciso 8 do **item VIII**.
 - 8.2. O candidato que não entrar em contato com o SAC da **ATECEL** no prazo mencionado, será o único responsável pelas conseqüências advindas de sua omissão.
9. Somente será admitido à sala de provas o candidato que estiver portando documento de identidade original que bem o identifique, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública ou de Defesa Social, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselho de

Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as Carteiras da OAB, CREA, CRC, CRM, etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº. 9.503/97).

- 9.1. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.
 - 9.2. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo 30 (trinta) dias, sendo então submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e impressão digital em formulário específico.
10. Eventuais pertences pessoais, com exceção de quaisquer tipos de aparelhos de comunicação, deverão ser depositados em local indicado pelos fiscais de sala durante todo o período de permanência dos candidatos no local de provas.
- 10.1. A **ATECEL** não se responsabilizará por perdas, extravios ou danos que ocorrerem.
11. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova.
- 11.1. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova, como justificativa de sua ausência.
 - 11.2. O não comparecimento à prova, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação no Concurso Público.
12. A Comissão de Processos Vestibulares, objetivando garantir a lisura e a idoneidade do Concurso Público, o que é de interesse público e, em especial, dos próprios candidatos, bem como sua autenticidade, solicitará aos candidatos, quando da aplicação da prova, a identificação digital em formulário próprio personalizado por duas vezes, como também deverá registrar sua assinatura, em campo específico, por três vezes. Mesmo procedimento deverá ser repetido no ato da posse, para que possa ser mantida a integridade do concurso.
13. Na Prova Escrita Objetiva, o candidato deverá assinalar a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas no Caderno de Questões. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- 13.1. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.
14. O candidato deverá comparecer ao local da prova, designado pela **ATECEL**, munido de caneta esferográfica de tinta preta ou azul transparente, lápis preto nº. 2 e borracha. Não sendo permitido nenhum outro material.
- 14.1. O candidato deverá preencher os alvéolos, na Folha de Respostas da Prova Escrita Objetiva, com caneta esferográfica de tinta preta transparente ou azul, e reforçá-los com grafite na cor preta, se considerar necessário.
 - 14.2. Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.
 - 14.3. Durante a realização da prova, não será permitida nenhuma espécie de

consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de celular, aparelhos eletrônicos, máquina calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

15. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outros relativos ao concurso, aos comunicados, às instruções ao candidato ou às instruções constantes da prova, bem como ao tratamento incorreto e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

16. Será **excluído do Concurso Público** o candidato que:

- a) Apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância.
- b) Não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado.
- c) Não apresentar documento que bem o identifique.
- d) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal.
- e) Ausentar-se do local de provas antes de decorridas três horas do início da prova escrita objetiva.
- f) For surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido bem como máquina calculadora ou similar.
- g) Estiver portando no local de prova qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (*bip*, telefone celular, relógios, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador ou outros equipamentos similares) bem como protetores auriculares.
- h) Fizer anotações de informações relativas às suas respostas em qualquer meio, que não o fornecido pela **ATECEL** no dia da aplicação das provas.
- i) Ausentar-se da sala de provas levando a Folha de Respostas, o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização.
- j) Estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte.
- k) Lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas.
- l) Não devolver integralmente o material recebido.
- m) Perturbar de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

16.1. Não será permitida a entrada do candidato no local de prova com qualquer equipamento eletrônico como os indicados na alínea “g”.

17. Quanto à realização da Prova Escrita Objetiva:

- a) O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal juntamente com a Folha de Respostas, o Caderno de Questões.
- b) Quando, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, visual ou

grafológico, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e o mesmo será automaticamente eliminado do concurso.

- c) Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de prova.
- d) Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos a **ATECEL** não fornecerá exemplares dos Cadernos de Questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Concurso Público. As questões da Prova Escrita Objetiva, o Gabarito Provisório e o Gabarito Oficial serão divulgados no site www.ufcg.edu.br.
- e) Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, assim, como alterações em dispositivos legais e normativos posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas deste Concurso.
- f) No prazo máximo de 36 (trinta e seis) horas após o encerramento da Prova Escrita Objetiva, a **ATECEL** divulgará o Gabarito Provisório no site www.ufcg.edu.br, como também será disponibilizado para divulgação na imprensa.

IX. DO JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

1. A Prova Escrita Objetiva versará sobre as matérias especificadas no **Item VII** deste Edital, conforme programa do **ANEXO I**, e constará de 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha, com duração mínima de 03 (três) e máxima de 04 (quatro) horas.
2. Cada questão da Prova Escrita Objetiva terá 05 (cinco) alternativas (de “A” a “E”). O candidato deverá assinalar somente uma alternativa, que considere correta com relação ao enunciado da referida questão.
 - 2.1. A Prova Escrita Objetiva será avaliada na escala de “0” (zero) até “o número de questões válidas” de cada Cargo e, corresponde aos pontos obtidos.
 - 2.2. Na avaliação da Prova Escrita Objetiva será utilizado o score bruto. O score bruto corresponde ao número de acertos que o candidato obtém na prova.
 - 2.3. Caso a questão tenha mais de uma alternativa correta, quaisquer das alternativas serão pontuadas.
 - 2.4. As questões anuladas serão pontuadas para todos os candidatos do respectivo cargo.
3. Na correção da Folha de Respostas, será considerada errada a questão com mais de uma opção assinalada, sem opção assinalada ou com rasura. Estas questões não serão pontuadas
4. A nota final de cada candidato será igual ao número questões pontuadas do respectivo cargo.
5. Será eliminado do concurso, o candidato que na Prova Escrita Objetiva pontuar menos de **50% do total das questões** e menos de **60% do total das questões** na matéria Conhecimentos Específicos. Neste caso, excetuam-se os cargos que não têm a matéria de Conhecimentos Específicos.

X. PONTUAÇÃO DA TITULAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. A Pontuação dos Títulos e da Experiência Profissional **para os cargos de NÍVEL SUPERIOR** constará da apreciação dos documentos comprobatórios que devem ser enviados pelos candidatos classificados na 1ª fase do Concurso, por intermédio dos Correios, via Sedex ou Aviso de Recebimento (AR), à ATECEL, no endereço: Rua João Julião Martins, nº. 106, Bairro de Bodocongó – Campina Grande – Paraíba. CEP 58.109-090, referentes à formação e aperfeiçoamento acadêmico, experiência docente ou profissional, durante o período de: **28 a 30 de abril de 2014**.
 - 1.1. Durante o Exame de Títulos e de Experiência Profissional, poderá ser exigido do candidato, em caso de dúvida, documentos que comprovem a veracidade ou autenticidade da documentação entregue pelo candidato.
2. A apreciação e pontuação dos títulos de cada candidato será feita pela **ATECEL**, sendo atribuída apenas uma nota por candidato, devendo ser obedecido o que segue:
 - a) o total de pontos obtidos pelo candidato será igual à soma dos pontos obtidos em cada item da tabela de pontos;
 - b) só serão apreciados e atribuídos pontos aos títulos constantes da tabela de pontos;
 - c) um título cuja natureza permite sua inclusão em mais de um item da tabela de pontos, será pontuado apenas uma única vez, considerando-se a maior pontuação.
3. A pontuação provisória obtida pelo candidato será divulgada no site www.comprov.ufcg.edu.br, no dia **15 de maio de 2014**.
4. A nota do Exame de Títulos e de Experiência Profissional será calculada seguindo o procedimento:
 - I – sequenciam-se os candidatos por cargo, na ordem decrescente do total de pontos obtidos, correspondente à contagem conjunta de pontos atribuídos pelos avaliadores;
 - II – atribui-se ao candidato com maior pontuação em cada cargo, nota igual ao número de questões da prova escrita objetiva deste cargo;
 - III – estabelece-se, proporcionalmente, a nota de cada candidato, com base nesse índice, que será considerado até a primeira casa decimal arredondada.
5. A TITULAÇÃO e EXPERIÊNCIA profissional pontuadas, com os respectivos valores dos pontos, constam no **ANEXO II** deste Edital.

XI. CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

1. A nota final dos candidatos, para os cargos de NÍVEL SUPERIOR, será a média ponderada da nota Prova Escrita Objetiva **com peso 07 (sete)** e a nota da Prova de Análise de Títulos e de Experiência Profissional que terá **peso 03 (três)**, considerando-se duas casas decimais.
2. Para os candidatos dos demais cargos, a nota final será igual à nota obtida na Prova Escrita Objetiva.
3. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da nota final, em listas de classificação para cada cargo.
4. Na hipótese de igualdade de nota final terá preferência, sucessivamente, o candidato que:
 - a) obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
 - b) tiver maior idade (Parágrafo único do art. 27 da Lei Nº. 10.741/2003, Lei do Idoso).
5. A publicação do Resultado do Concurso Público, no site www.comprov.ufcg.edu.br será feita em 2 (duas) listas:

- a) a primeira lista contendo a classificação geral dos candidatos habilitados, inclusive os inscritos como portadores de deficiência;
- b) a segunda lista contendo somente a classificação dos candidatos habilitados, inscritos como portadores de deficiência.

XII. DOS RECURSOS

1. Será admitido recurso quanto:
 - a) ao indeferimento da inscrição do candidato;
 - b) à aplicação das provas objetivas;
 - c) às questões das provas e gabaritos preliminares;
 - d) pontuação divulgada;
 - e) ao resultado Final.
2. O prazo para interposição de recurso será de **2 (dois)** dias úteis após a concretização do evento que lhes disser respeito (indeferimento da inscrição, aplicação das provas, formulação das questões das provas, divulgação de gabaritos preliminares, pontuação divulgada e divulgação do resultado final), tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data do evento a ser recorrido.
3. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no inciso 1, deste **item**, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.
4. Os recursos deverão ser remetidos por intermédio dos Correios, via SEDEX ou Aviso de Recebimento (AR) à **ATECEL**, no endereço: Rua João Julião Martins, nº 106, Bairro **de Bodocongó** – Campina Grande – Paraíba. CEP 58.429-015.
 - 4.1. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo considerada, para tanto a data da postagem.
 - 4.2. Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.
5. Os candidatos deverão enviar o recurso **em três vias (original e duas cópias)**. Os recursos deverão ser digitados ou datilografados. Cada questão ou item deverá ser apresentado em folha separada, identificada conforme modelo a seguir.

| | |
|--|--------|
| Concurso: PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ | |
| Candidato: _____ | |
| Nº. Documento de Identidade: _____ | |
| Nº. de Inscrição: _____ | |
| Cargo: _____ | |
| Questão: _____ (apenas pra recursos sobre o item 1, "b") | Nº. da |
| Fundamentação e argumentação lógica: | |
| Data: ___/___/___ | |
| Assinatura: _____ | |

6. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile (fax), telex, *internet*, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

7. A Comissão do Concurso constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
8. Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste **item** não serão avaliados.
9. O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) acrescido(s) a todos os candidatos do cargo.
10. O Gabarito Provisório poderá ser alterado, em função dos recursos impetrados e as provas serão corrigidas de acordo com o Gabarito Oficial Definitivo, divulgado após o prazo recursal.
11. Na ocorrência do disposto nos incisos 9 e 10 deste **item**, poderá haver, eventualmente alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer à desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.
12. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer no prazo de 5 (cinco) dias. Após o prazo o candidato deverá se dirigir a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de , para ter acesso ao resultado do recurso interposto.

XIII. DO PROVIMENTO DOS CARGOS

1. O provimento dos cargos ficará a critério da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal e de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de SUMÉ.
2. A investidura nos cargos obedecerá rigorosamente à ordem de classificação final **obtida por opção de Cargo** feita pelo Candidato no ato de sua inscrição.
3. No caso de desistência formal da nomeação, prosseguir-se-á a nomeação dos demais candidatos habilitados, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por região e cargo.
4. O candidato nomeado deverá apresentar os seguintes documentos autenticados como condição para sua posse:
 - a) Cópia de Comprovação dos pré-requisitos/escolaridade constante no **item II** deste Edital;
 - b) Cópia Certidão de nascimento ou casamento;
 - c) Cópia do Título de eleitor, com o comprovante de votação na última eleição ou certidão de quitação eleitoral fornecida pelo cartório eleitoral;
 - d) Cópia do Certificado de reservista ou de Dispensa de Incorporação, para os candidatos do sexo masculino;
 - e) Cópia da Cédula de identidade;
 - f) Cópia da última declaração de Imposto de Renda apresentada à Secretaria da Receita Federal, com as devidas atualizações e/ou complementações ou, no caso de o nomeado não ser declarante, declaração firmada por ele próprio, nos termos da Lei nº. 8.429/92, caso tenha feito tal declaração;
 - g) Cópia comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
 - h) Cópia Documento de Inscrição no PIS-PASEP, caso possua;
 - i) 2 (duas) fotos 3X4 recente, colorida (fundo branco);
 - j) Outros documentos que a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de SUMÉ
5. A não apresentação de qualquer um dos documentos comprobatórios fixados no presente

item, dentro do prazo legal, tornará sem efeito sua nomeação.

6. Além da apresentação dos documentos relacionados no inciso 4 deste **item**, a posse do candidato ficará condicionada à realização de inspeção médica realizada por Junta Médica Oficial indicada pela Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de SUMÉ.
7. O local onde o candidato realizou as provas não terá qualquer influência pra efeito de sua lotação.
8. A falta de comprovação de qualquer dos requisitos para a investidura até a data da posse ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretarão cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação no respectivo Concurso Público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados pela Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de SUMÉ, ainda que já tenha sido publicado o Edital de Homologação do Resultado Final, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

XIV. DA HOMOLOGAÇÃO

1. O resultado final do Concurso, depois de decididos todos os recursos interpostos, será homologado pela Prefeitura Municipal de SUMÉ e publicado no Boletim Oficial do Município.
2. O resultado final do concurso será homologado, respeitando o disposto no art. 42 do Decreto Federal nº. 3.298/99 e alterações posteriores, obedecendo à ordem de classificação por cargo.

XV. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a tácita aceitação das condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas no Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
2. A Legislação com vigência após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.
3. O Concurso Público terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de SUMÉ.
4. Todos os atos relativos ao presente Concurso, convocações, avisos e resultados serão publicados no Boletim Oficial do Município e ficarão à disposição dos candidatos na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de SUMÉ, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da divulgação do resultado final.
5. O acompanhamento das publicações de Editais, avisos e comunicados pertinentes ao Concurso é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone, informações relativas à aplicação das Provas nem do Resultado do Concurso Público.
6. A Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de SUMÉ reserva-se no direito de proceder às nomeações, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e o número de vagas existentes.
7. O candidato aprovado no Concurso Público só poderá desistir do respectivo certame de forma definitiva, mediante requerimento endereçado ao Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de SUMÉ, até o dia útil anterior à data da posse.

8. Não serão fornecidos atestados, declarações, certificados ou certidões relativos à habilitação, classificação, ou nota de candidatos, valendo para tal fim a publicação do resultado final e homologação no Boletim Oficial do Município.
9. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.
 - 10.1. Comprovada a inexatidão ou irregularidades descritas no item 10 deste Capítulo, o candidato estará sujeito a responder por Falsidade Ideológica de acordo com o art. 299 do Código Penal Brasileiro.
10. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso para provimento de cargos da Prefeitura Municipal de SUMÉ e à apresentação para posse e exercício correrão às expensas do próprio candidato.
11. Em caso de alteração dos dados pessoais (nome, endereço, telefone para contato) constantes do Formulário de Inscrição, o candidato deverá dirigir-se:
 - 12.1. à sala de coordenação do local em que estiver prestando provas e solicitar a correção;
 - 12.2. após a realização das provas, à Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de SUMÉ, para atualizar os dados.
12. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço e telefone atualizados para viabilizar os contatos necessários, sob pena de quando for nomeado, perder o prazo para tomar posse, caso não seja localizado.
 - 13.1. O candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado até que se expire o prazo de validade do Concurso.
13. A Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de SUMÉ não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:
 - a) endereço não atualizado;
 - b) endereço de difícil acesso;
 - c) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos – ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
 - d) correspondência recebida por terceiros.
14. Após 180 (cento e oitenta) dias os cadernos de provas, folhas de leitura ótica e material utilizado na realização do concurso serão incinerados.
15. Os casos em que houver omissão ou forem duvidosos serão resolvidos pela Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de SUMÉ.
16. O prazo para impugnação do presente Edital é de 10 (dez) dias contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Município.

Sumé, 20 de dezembro de 2013.

FRANCISCO DUARTE DA SILVA NETO
Prefeito Municipal

Anexo I

PROGRAMA DAS MATÉRIAS

1. PROGRAMA DE PORTUGUÊS

NÍVEL FUNDAMENTAL

1. Interpretação de Texto; 2. Sinônimos e Antônimos; 3. Dígrafos; 4. Divisão Silábica; 5. Tipos de Frases; 6. Substantivos (gênero, número e grau); 7. Ortografia; 8. Pronomes; 9. Verbo; 10. Acentuação.

NÍVEL MÉDIO

A prova de Língua Portuguesa procura avaliar competências e habilidades lingüísticas necessárias ao exercício profissional e ao convívio social. Para isso, o candidato deverá demonstrar capacidade de ler textos literários e/ou não-literários, perceber contextos específicos de uso das modalidades oral e escrita da língua e reconhecer o papel dos diferentes recursos lingüísticos na organização de um texto. Por essa razão, não será exigida a memorização pura e simples de nomenclaturas e definições, mas a reflexão sobre o uso da língua em situações variadas de comunicação. Espera-se aferir domínio de:

Leitura e escrita, através das habilidades:

1. Relacionar uma informação identificada no texto com outras informações oferecidas no próprio texto ou em outro texto;
2. Fazer inferências e estabelecer relações entre partes de um texto;
3. Identificar o tema de um texto;
4. Estabelecer relações entre tópicos e subtópicos;
5. Relacionar informações verbais do texto com informações de ilustrações, fotos, gráficos, tabelas ou esquemas;
6. Relacionar informações constantes do texto com conhecimentos prévios, identificando opiniões, valores implícitos, pressuposições e situações de ambigüidade ou de ironia;
7. Reconhecer características próprias de um texto narrativo, argumentativo, descritivo, nos mais variados gêneros textuais;
8. Relacionar as diferenças de uma mesma informação, divulgada por diferentes fontes, à produção de diferentes efeitos de sentido;
9. Identificar a tese e os argumentos de um texto.
10. Organizar um texto argumentativo, com base no encadeamento de suas partes (tese, argumentos, contra-argumentos, refutação);
11. Estruturar um texto cujas partes estão separadas.

Conhecimentos lingüísticos, através das habilidades.

1. Avaliar a adequação ou a inadequação de determinados registros em diferentes situações de uso da língua (modalidade oral e escrita, níveis de registro lingüístico e variação lingüística);
2. Estabelecer relações de sentido no texto: sinonímia, antonímia, polissemia e paráfrase;
3. Usar, adequadamente, a regência verbal e nominal e a concordância verbal e nominal;
4. Usar, de forma adequada, a ortografia, a pontuação e a acentuação gráfica;
5. Analisar o funcionamento dos adjetivos, verbos, conjunções, advérbios e preposições no texto.

NÍVEL SUPERIOR

A prova de Língua Portuguesa procura avaliar competências e habilidades lingüísticas necessárias ao exercício profissional e ao convívio social. Para isso, o candidato deverá demonstrar capacidade de ler textos literários e/ou não-literários, perceber contextos específicos de uso das modalidades oral e escrita da língua e reconhecer o papel dos diferentes recursos lingüísticos na organização de um texto. Por essa razão, não será exigida a memorização pura e simples de nomenclaturas e definições, mas a reflexão sobre o uso da língua em situações variadas de comunicação. Espera-se aferir domínio de:

Leitura e escrita, através das habilidades

1. Demonstrar compreensão global e detalhada de um texto com conteúdo ou forma não-familiar;
2. Relacionar informações verbais do texto com informações de ilustrações, fotos, gráficos, tabelas ou esquemas;
3. Reconhecer características próprias de um texto narrativo, argumentativo, descritivo, nos mais variados gêneros textuais;

4. Relacionar as marcas de intencionalidade do texto ao lugar social do autor (homem x mulher; pai x filho, etc.), observando as diferenças de sentido daí decorrentes;
5. Analisar a importância da presença de um texto em outro na construção do sentido;
6. Comparar paráfrases avaliando sua maior ou menor fidelidade ao texto original;
7. Estabelecer relações entre partes de um texto, a partir da repetição ou substituição de um termo;
8. Analisar as relações sintático-semânticas em segmentos do texto (gradação, disjunção, explicação/estabelecimento de relação causal, conclusão, comparação, contraposição, exemplificação, retificação, explicitação);
9. Analisar incoerências e contradições na referência a outro texto ou na incorporação de um argumento de outro autor;
10. Organizar um texto argumentativo, com base no encadeamento de suas partes (tese, argumentos, contra-argumentos, refutação);
11. Estruturar um texto cujas partes estão separadas, observando elementos de substituição e encadeamento.

Conhecimentos lingüísticos, através das habilidades:

1. Analisar a língua falada e a língua escrita, considerando norma padrão, variedades lingüísticas e registro formal e informal;
2. Estabelecer relações de sentido no texto: sinonímia, antonímia, polissemia e paráfrase;
3. Usar, de forma adequada, a regência verbal e nominal e a concordância verbal e nominal;
4. Analisar o funcionamento dos substantivos, adjetivos, pronomes, verbos e advérbios no texto;
5. Usar, de forma adequada, pontuação, ortografia e acentuação gráfica.

2. PROGRAMA DE MATEMÁTICA

NÍVEL FUNDAMENTAL

1. Números Naturais; **2.** Operações Fundamentais; **3.** Números Fracionários; **4.** Números Decimais; **5.** Noções Geométricas; **6.** Sistemas de Medidas.

3. PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

1. Sistema Único de Saúde: Leis, Normas, Histórico, Princípios e Diretrizes; **2.** Fundamentos Teóricos e Estratégias de Intervenção em Saúde Pública; **3.** Organização da Atenção Básica no SUS. Política, Planejamento, Gestão e Gerência em Saúde; **4.** Programa Nacional de Imunização; **5.** Política de Incentivo à Distribuição de Medicamentos; **6.** Vigilância em Saúde; **7.** Programa de Humanização da Saúde; **8.** Ética Profissional e Bioética.

4. PROGRAMA DE POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO

NÍVEL SUPERIOR

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96: antecedentes históricos, limites e perspectivas; **2.** Gestão e financiamento da educação pública; **3.** Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação; **4.** Políticas de Incentivo ao Ensino Superior; **5.** Políticas de valorização dos profissionais de educação no Brasil; **6.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; **7.** Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena: legislação, estrutura e organização; **8.** Ensino Fundamental: estrutura, organização e Diretrizes Curriculares **9.** Educação Infantil: diretrizes políticas, desafios e implantação das Diretrizes Curriculares; **10.** Sistemas Nacionais de Avaliação da Educação.

5. PROGRAMA DE DIDÁTICA

NÍVEL SUPERIOR

1. Pressupostos epistemológicos, históricos, sociais e políticos da Didática; **2.** Pedagogia, Didática e práxis educativa; **3.** A função social das instituições educativas; **4.** Fundamentos teórico-metodológicos do processo de ensino e de aprendizagem: abordagens comportamentalista, humanista, cognitivista e sociocultural; **5.** Planejamento educacional e organização do trabalho pedagógico; **6.** Objetivos da educação e do ensino; **7.** A abordagem e a função social dos conteúdos; **8.** Metodologia do ensino enquanto práxis educativa; **9.** Recursos didáticos e sua aplicabilidade; **10.** Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem.

6. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

NÍVEL FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR

1. Lei Complementar nº 24, Estatuto do Servidor Municipal, de 27 de novembro de 2013; 2. Decreto Nº 930/2011, Estabelece as atribuições típicas dos titulares do Quadro Permanente de Pessoal Efetivo do Poder Executivo.

7. LEGISLAÇÃO

NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

1. **DIREITO CONSTITUCIONAL** – Princípios Fundamentais da Constituição Federal de 1988. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Da organização do Estado: União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. Da organização dos Poderes. Da Administração Pública. Dos servidores Públicos; 2. **DIREITO ADMINISTRATIVO** – Princípios da Administração Pública, Categorias de agentes públicos, Deveres e responsabilidades dos agentes públicos, Regime Jurídico, Cargos e funções públicas: provimento, vacância e acumulação. Atos administrativos: conceito, classificação, requisitos, atributos, efeitos e invalidação. Contratos administrativos: noções gerais, formalização, execução e espécies. Licitação (noções gerais). Lei nº 8.666, de 21/06/93; Responsabilidade Civil do Estado.

8. CÓDIGO BRASILEIRO DE TRANSITO

NÍVEL FUNDAMENTAL: MOTORISTA

1. Código Brasileiro de Transito - CBT

CONTEÚDO ESPECÍFICO

NÍVEL MÉDIO

ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO

1. Lei nº 9.784, de 29/01/1999. 2. Redação oficial (Manual da Presidência da República). 3. NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA – Fundamentos e princípios arquivísticos. 4. Classificação dos documentos. 5. Protocolo, registro, tramitação, expedição, arquivamento. 6. Noções de conservação e preservação de acervos documentais.

TÉCNICO DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

1. Noções de microscopia: partes do microscópio e sua utilização. Identificação e utilização de vidrarias: lavagem e esterilização de material. 2. Noções de centrifugação: princípios de funcionamento, posicionamento dos tubos de ensaio no rotor, precaução para retirada do material. 3. Espectrofotometria: absorvância, transmitância e curva de calibração. Sistemas automatizados. 4. Princípios de Biossegurança: equipamentos de proteção e de uso individual e coletivo e suas utilizações. 5. Preparo do paciente, coleta de sangue, obtenção de amostras: soro, plasma, sangue total, urina, fezes e líquidos biológicos, acondicionamento, transporte e conservação de amostras. 6. Anticoagulantes utilizados em análise laboratorial: no exame bioquímico, hematológico e coagulograma. 7. Grupos sanguíneos: determinação do fator Rh e do sistema ABO. 8. Exame parasitológico de fezes. Bacteriologia: coloração de Gram, preparo de meios de cultura, uso do swab para coleta de secreções (oral, nasal e vaginal). 9. Hematologia: Preparação de esfregaço, coloração dos preparados citológicos. 10. Urinálise: coleta de urina para sumário, uso de tiras reagentes, classificação do aspecto da urina.

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

1. Princípios Fundamentais de Contabilidade. 2. Normas Brasileiras de Contabilidade (de acordo com o Comitê de

Pronunciamentos Contábeis). **3.** Lei Nº 6.404/76 (e suas alterações de acordo com a Lei Nº 11.638/07). **4.** Patrimônio: estrutura, configurações, fatos contábeis e equação patrimonial. **5.** Escrituração Contábil. **6.** Elaboração das Demonstrações Contábeis. **7.** Análise das Demonstrações Contábeis. **8.** Lei Nº 4.320/64. **9.** Orçamento Público. **10.** Lei de Responsabilidade Fiscal. **11.** Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.

NÍVEL SUPERIOR

PROFESSOR FUNDAMENTAL I

1. Números Naturais; **2.** Operações Fundamentais; **3.** Números Fracionários; **4.** O Brasil Colonial; sociedade e cultura; **5.** A História da Paraíba: cultura e sociedade na Colônia, Império e República; **6.** Patrimônio histórico da Paraíba: memória, museus e acervos; **7.** Os reinos dos seres vivos; **6.** Os vegetais como fatores de equilíbrio da natureza; **8.** O ser humano e saúde; **9.** Noções gerais sobre educação ambiental; **10.** Matéria e Energia e suas transformações; **11.** As grandes “paisagens naturais” da Terra: características, apropriação, transformação, conflitos e disputas pelo uso dos seus recursos; **12.** Os espaços urbano e agrário na escala mundial; **13.** Globalização e regionalização do espaço mundial.

PROFESSOR FUNDAMENTAL II (EDUCAÇÃO ARTÍSTICA)

1. Arte educação um desafio para o professor do ensino fundamental; **2.** Educação artística para quê?; **3.** A Escola e a poesia; **4.** A natureza da criatividade: A música, a dança, o desenho e o teatro; **5.** A proposta dos Parâmetros Curriculares nacionais, para o ensino de educação artística no ensino fundamental e médio; **6.** Expressão e Comunicação na prática dos alunos em artes visuais; **7.** A dança na expressão e na comunicação humana; **8.** A dança como produto cultural e apreciação estética; **9.** Apreciação significativa em música: escuta, envolvimento e compreensão da linguagem musical; **10.** O teatro como produção coletiva; **11.** A pesquisa de fontes de instituição e de comunicação em arte.

PROFESSOR FUNDAMENTAL II (EDUCAÇÃO FÍSICA)

1. O jogo e a educação; **2.** Teorias Pedagógicas da educação física escolar; **3.** O ensino da Educação Física nas séries iniciais do Ensino Fundamental; **4.** Desenvolvimento motor e aprendizagem; **5.** História, Política Educacional e Educação Física; **6.** Elementos da Prática Pedagógica da Educação Física Escolar; **7.** A relação entre a Educação Física e as demais disciplinas escolares; **8.** O corpo e as práticas lúdicas na escola; **9.** As práticas esportivas na escola; **10.** A Educação Física e as questões da saúde: conhecimento, metodologia e práticas; **11.** Educação Física e Avaliação; **12.** Educação Física e Inclusão.

PROFESSOR FUNDAMENTAL II (CIÊNCIAS)

1. O surgimento da vida e suas hipóteses; Características gerais dos Seres Vivos; **2.** O ser humano e seu desenvolvimento. **3.** Classificação e nomenclatura dos seres vivos; **4.** Os reinos dos seres vivos; **5.** Os animais como fatores de equilíbrio da natureza; **6.** Os vegetais como fatores de equilíbrio da natureza; **7.** Biodiversidade; **8.** Poluição ambiental: causas e consequências; **9.** O ser humano e saúde; **10.** Noções gerais sobre educação ambiental; **11.** Matéria e Energia e suas transformações

PROFESSOR FUNDAMENTAL II (GEOGRAFIA)

1. As concepções teórico-metodológicas da Geografia e suas influências no ensino da disciplina geográfica na educação básica; **2.** As categorias da Geografia: espaço geográfico, região, território, paisagem e lugar; **3.** As grandes “paisagens naturais” da Terra: características, apropriação, transformação, conflitos e disputas pelo uso dos seus recursos; **4.** Os espaços urbano e agrário na escala mundial; **5.** Globalização e regionalização do espaço mundial; **6.** Indústria, agricultura, comércio, serviços, mercado de trabalho e o movimento de bens, mercadorias, capitais pessoas e informações no globo; **7.** Os problemas ambientais no mundo; **8.** A crise do Estado-nação e o (re) surgimento dos nacionalismos e dos conflitos étnico-raciais no mundo globalizado; **9.** A organização do espaço brasileiro: a formação territorial, a primeira natureza (características, apropriação e transformação), a dinâmica da população, a distribuição das atividades econômicas pelo território, a urbanização/industrialização e a regionalização; **10.** A organização do espaço paraibano: a primeira natureza (características, apropriação e transformação), o uso do território pelas atividades econômicas, o urbano, o rural e as suas relações, e a regionalização.

PROFESSOR FUNDAMENTAL II (HISTÓRIA)

1. O Brasil desenvolvimentista: 50 anos em 05; 2. A cidadania no Brasil: uma retrospectiva histórica; 3. O São João de Campina Grande : uma tradição inventada; 4. O cangaceirismo e suas múltiplas versões; 5. O populismo varguista; 6. Os movimentos estudantis brasileiros no passado e no presente; 7. A influência dos índios potiguara na história da Paraíba; 8. A Revolução de 1817; 9. As concepções teórico-metodológicas da História e suas contribuições para o ensino; 10. Cultura política paraibana e fisionomia urbana: heranças oligárquicas que desenham as cidades.

PROFESSOR FUNDAMENTAL II (INGLES)

1. Referência Textual: Pronomes; 2. Conectivos e a sua relação com a organização textual; 3. Estudo do vocabulário através do uso de estratégias de inferência lexical e contextual; 4. Formação de palavras como recurso para ampliação do vocabulário na língua estrangeira; 5. Estratégias interpretativas: tópico textual, informações gerais e específicas; 6. A expressão do Tempo Presente; 7. A expressão do Tempo Passado; 8. Grupo nominal: forma e significado; 9. Abordagens de leitura em língua estrangeira na perspectiva dos PCN; 10. Avaliação na perspectiva dos PCN em língua estrangeira.

PROFESSOR FUNDAMENTAL II (MATEMÁTICA)

1. Ler, interpretar e utilizar mensagens da linguagem corrente em linguagem matemática e vice-versa; 2. Construir e/ou interpretar gráficos, diagramas, tabelas a partir de situações reais ou hipotéticas; 3. Construir modelos matemáticos a partir de situações reais ou hipotéticas; 4. Prever domínio, imagem e norma(lei de formação) de uma função; 5. Resolver sistemas de duas equações e interpretar soluções; 6. Comparar, classificar, ordenar e operar (somar, subtrair, multiplicar e dividir, elevar a uma potência, extrair raiz) quantidades quaisquer (desde que possível) e determinar e/ou utilizar as propriedades destas operações; 7. Efetuar cálculos relativos a porcentagens, juros simples, descontos, acréscimos e montantes; 8. Interpretar e aplicar tópicos da LDB(Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), dos PCN(Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Fundamental) e DCNNF(Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental); 9. O que, como e por que avaliar em matemática a nível fundamental; qual tipo de avaliação utilizar; analisar e utilizar os resultados da avaliação; 10. Elaborar e/ou analisar plano de curso, de unidade e de aula; 11. Selecionar e utilizar metodologias de execução e de avaliação de trabalhos realizados em sala de aula; 12. Relacionar metodologias e objetivos de um curso.

PROFESSOR FUNDAMENTAL II (PORTUGUES)

A prova de Língua Portuguesa procura avaliar competências e habilidades lingüísticas necessárias ao exercício profissional e ao convívio social. Para isso, o candidato deverá demonstrar capacidade de ler e escrever textos em Língua Portuguesa, perceber contextos específicos de uso das modalidades oral e escrita da língua e reconhecer o papel dos diferentes recursos lingüísticos na organização de um texto. Por essa razão, o candidato deverá demonstrar conhecimento da língua e de sua metalinguagem associado à reflexão sobre seu uso em situações variadas de comunicação, além de conhecimentos de ensino de língua e avaliação da aprendizagem.

Leitura e Escrita

1. Identificação do tópico central de um texto e a relação entre tópicos e subtópicos.
2. Estabelecimento de relações entre informações constantes no texto e conhecimentos prévios, identificando situações de ambigüidade ou de ironia, valores implícitos e pressuposições.
3. Demonstração de conhecimentos referentes a aspectos coesivos (repetições ou substituições que contribuem para a continuidade do texto); aspectos estilísticos (grau de formalidade do texto, de acordo com o destinatário e o tema); e aspectos normativos (concordância, pontuação, ortografia e acentuação gráfica), para a construção de um texto.
4. Demonstração de conhecimento sobre planejamento do texto, considerando a relação entre situação comunicativa, gênero textual e tema.

Conhecimentos Lingüísticos

1. Gêneros e tipos textuais.
2. Norma padrão e variedades lingüísticas.
3. Flexão nominal e flexão verbal.
4. A oração e seus constituintes: ordem e relações sintáticas e semânticas.

Conhecimentos de Ensino de Língua e Avaliação da Aprendizagem

1. Interpretação de tópicos da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) do Ensino Fundamental, relacionados ao ensino de língua portuguesa.
2. O que, como e por que avaliar nas aulas de Língua Portuguesa do ensino fundamental.
3. Relação entre concepção de língua e ensino de Língua Portuguesa.

CIRURGIÃO DENTISTA

1. A Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica do SUS. **2.** Artigos 196 a 200 da Constituição Federal **3.** Leis Federais 8080 e 8142. **4.** Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS-SUS-01/02). **5.** Biossegurança. **6.** Bioética – Código de Ética odontológica. **7.** Situação de saúde da população: perfil epidemiológico, indicadores de saúde. **8.** Ações preventivas - aplicação de selantes, uso do flúor e orientações sobre a higiene bucal. **9.** Atendimento a gestantes. **10.** Odontopediatria **11.** Dentística - Técnicas e materiais restauradores. **12.** Periodontia. **13.** Endodontia - Emergências. Diagnóstico. Pulpotomia. Pulpites. Terapêutica medicamentosa. **14.** Cirurgia – Exodontias simples. Pequenas cirurgias. Remoção de dentes inclusos. Terapêutica medicamentosa. **15.** Oclusão. **16.** Radiologia **17.** Anomalias dentárias. **18.** Estomatologia. **19.** Proteção do complexo dentina polpa. **20.** Vigilância à saúde - conceito, componentes e práticas.

ENFERMEIRO

1. Promoção à saúde. **2.** Prevenção e controle de infecções. **3.** Prevenção de agravos. **4.** Atuação da enfermagem na detecção e no controle de doenças. **5.** História da enfermagem. **6.** Aspectos legais e éticos de exercício da enfermagem. **7.** Semiologia e semiotécnica de enfermagem. **8.** Assistência de enfermagem clínica e cirúrgica em distúrbios respiratórios, cardiovasculares, endócrinos, imunológicos músculo- esqueléticos, renais, dermatológicos, nas doenças crônico-degenerativas e em situações de urgência e emergência. **9.** Atuação de enfermagem em centro cirúrgico e em central de material. **10.** Saúde da Mulher. **11.** Saúde da Criança e do adolescente. **12.** Saúde do homem. **13.** Saúde do idoso. **14.** Saúde Mental. **15.** Biossegurança. **16.** Doenças infecciosas, parasitárias e DST/AIDS.

GESTOR PÚBLICO

1. Analisar e propor soluções para situações que incluam múltiplas e complexas variáveis e requeiram capacidade de julgamento e decisão; **2.** Planejar, desenvolver, coordenar e avaliar projetos e Políticas Públicas, assegurando a sua execução de acordo com padrões de qualidade da gestão pública; **3.** Analisar, recomendar e definir procedimentos sobre assuntos relacionados à sua área de atuação, emitindo notas técnicas e definindo padrões; **4.** Liderar equipes para execução de projetos ligados à sua área de atuação; **5.** Efetuar estudos e pesquisas aplicados sobre assunto de interesse municipal; **6.** Realizar capacitações e treinamentos nas áreas da gestão municipal; **7.** Acompanhar e avaliar o cumprimento do planejamento estratégico e propor ações de melhoria; **8.** Desenvolver, implantar e avaliar a sistemática de gestão de documentos normativos e organizacionais; **9.** Analisar a cadeia de valor e os processos organizacionais e propor ações de melhoria; **10.** Desenvolver, implantar e avaliar metodologia para o desenvolvimento organizacional e propor ações de melhoria; **11.** Elaborar relatórios e recomendações; **12.** Elaborar relatórios gerenciais para subsidiar os processos decisórios e de gestão; **13.** Assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA); **14.** Executar outras atividades de mesma natureza e nível de complexidade associadas à esfera municipal.

Anexo II: TÍTULOS e EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

| 1. TÍTULOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (não cumulativo – pontuar apenas o título de mais alto nível) | | |
|---|--|---------------------------------------|
| Discriminação do Título | | Pontuação |
| 01 | Doutorado ou Livre Docência | Área objeto: 50 Área correlata: 40 |
| 02 | Mestrado | Área objeto: 36 Área correlata: 18 |
| 03 | Residência Médica – Odontológica | Área objeto: 24 Área correlata: 16 |
| 04 | Pós-Graduação <i>lato sensu</i> (Especialização), exigência de aproveitamento , com duração mínima de 360 horas ou créditos concluídos Mestrado ou Doutorado. | Área objeto: 24 Área correlata: 16 |
| 05 | Curso de Aperfeiçoamento , com duração mínima de 180 horas ou carga horária cursada concluída em Pós-Graduação <i>lato sensu</i> , com exigência de aproveitamento . | Área objeto: 16 Área correlata: 08 |
| 06 | Curso de Extensão , de duração mínima de 40 (quarenta) horas. Por curso realizado – máximo de 5 (cinco) cursos. | Área objeto: 04 Área correlata: 02 |

| 2. TÍTULOS DE GRADUAÇÃO | | |
|-------------------------|--|-----------|
| Discriminação do Título | | Pontuação |
| 01 | Curso de Graduação além da exigido para o Cargo, em área correlata . (considerar apenas mais um curso). | 10 |

| 3. ATIVIDADES PROFISSIONAIS | | |
|-----------------------------|---|-----------|
| Discriminação | | Pontuação |
| 01 | Efetivo exercício no Ensino Superior – máximo de 5 (cinco) anos (por ano de efetivo exercício). | 04 |
| 02 | Efetivo exercício no Ensino Médio – máximo de 5 (cinco) anos (por ano de efetivo exercício). | 03 |
| 03 | Efetivo exercício no Ensino Fundamental – máximo de 5 (cinco) anos (por ano de efetivo exercício). | 03 |
| 04 | Efetivo exercício na Educação Infantil – máximo de 5 (cinco) anos (por ano de efetivo exercício). | 03 |
| 05 | Exercício técnico-profissional em função, na área objeto com o cargo do Concurso por no mínimo 1 (um) ano. Por ano de efetivo exercício. Máximo 5 (cinco) anos. | 04 |

| | | |
|----|--|----|
| 06 | Exercício técnico-profissional em função, em área correlata com o cargo do Concurso por no mínimo 1 (um) ano. Por ano de efetivo exercício. Máximo 5 (cinco) anos. | 03 |
|----|--|----|

| 4. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS | | |
|---|--|-----------|
| Discriminação | | Pontuação |
| 01 | Participação em evento científico internacional ou nacional , por meio de comunicação oral, painel ou posters, relativo aos últimos 5 anos, máximo de 5 participações, relacionado com área de atuação do cargo objeto do concurso. | 02 |
| 02. | Participação em evento científico regional ou local , por meio de comunicação oral, painel ou posters, relativo aos últimos 5 anos, máximo de 5 participações, relacionado com área de atuação do cargo objeto do concurso | 01 |
| 03 | Participação em evento científico internacional ou nacional , como congressista, relativo aos últimos 5 anos, máximo de 5 participações, relacionado com área de atuação do cargo objeto do concurso | 01 |
| 04 | Participação em evento científico regional ou local , como congressista, relativo aos últimos 5 anos, máximo de 5 participações, relacionado com área de atuação do cargo objeto do concurso. | 0,5 |

| 5. OUTRAS ATIVIDADES | | |
|-----------------------------|---|-----------|
| Discriminação | | Pontuação |
| 01 | Exercício de cargo administrativo em função . Por função exercida relacionada ao Ensino Básico, por no mínimo 2 (dois) anos – por função exercida, no máximo de 3 (três) funções distintas. | 03 |
| 02 | Exercício técnico-profissional em função diretamente relacionada ao Ensino Básico por no mínimo 2 (dois) anos – por função exercida, no máximo de 3 (três) funções distintas. | 03 |
| 03 | Exercício de cargo administrativo em função em função diretamente relacionada ao cargo. Por função exercida relacionada, por no mínimo 2 (dois) anos – por função exercida, no máximo de 3 (três) funções distintas. | 03 |
| 04 | Exercício técnico-profissional em função diretamente relacionada ao cargo, por no mínimo 2 (dois) anos – por função exercida, no máximo de 3 (três) funções distintas. | 03 |